

POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

NA INTERFACE COM A QUESTÃO AMBIENTAL E DOS RISCOS:

O CASO DO MORRO JABURUNA (VILA VELHA, ES, BRASIL)



NatSoc - grupo de estudo Natureza - Sociedade



Yasmin Depes Marques
Universidade Vila Velha / Brasil
Yasmin.ydm@gmail.com

Teresa da Silva Rocha
Universidade Vila Velha / Brasil
tsrosaprof@gmail.com

Julia Da Ros Carvalho
Universidade Vila Velha / Brasil
Juliadaros.arq@gmail.com

Introdução

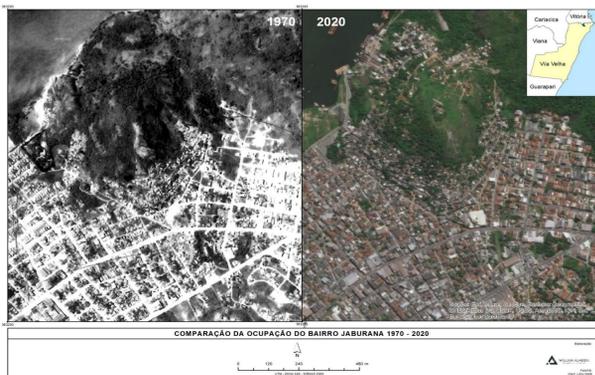
Com o acelerado processo de urbanização das cidades em áreas de desenvolvimento tardio e periférico, a problemática da habitação atingiu diferentes dimensões, acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Desta forma, o país se viu necessitado a estabelecer novos traçados para seu escopo de atuação a fim de minimizar tais problemáticas.

Objetivos

Compreender como os instrumentos das políticas públicas de ordenamento territorial de Vila Velha (ES) propõem lidar com as problemáticas postas pela histórica ocupação de áreas de risco por populações vulnerabilizadas no caso do Morro do Jaburuna (MJ), situado no município de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil).

Área de Estudo

Morro do Jaburuna é composto por um complexo de três maciços rochosos litorâneos, classificado como uma área de interesse ambiental pelo Plano Diretor Municipal de Vila Velha (PDM-VV, 2018). Como tal, esta área deveria ter uma ocupação restrita e de baixa densidade, o que não ocorre, estando esta área com constante evolução na produção de habitação em uma área já consolidada de aglomerados subnormais e classificada como zona de interesse ambiental.



Metodologia

De natureza aplicada e envolvendo as abordagens qualitativas e quantitativas, este trabalho se propõe analisar as políticas públicas em relação a habitação social. A pesquisa teve um objetivo exploratório e investigativo, pois investiga e analisa as informações obtidas através de revisão bibliográfica e de levantamentos das políticas públicas aplicadas no país além de visita de campo e de produção de mapas.

Resultados

Através do estudo das legislações, consultou-se fotos aéreas, fez-se visita de campo, produziu-se mapas de modo a visualizar e quantificar a ocupação e as modificações deste território. Isso possibilitou compreender o processo de construção social de risco influenciado por fatores como a lacuna da aplicabilidade de instrumentos e fiscalização quanto ao ordenamento quanto a habitabilidade, bem como a conscientização da população local quanto a preservação ambiental da área.

Discussão

Observou-se a ausência de aplicabilidade das políticas públicas vigentes e a evolução das habitações por populações vulnerabilizadas que impactam tanto a comunidade como a biodiversidade local com o desmatamento de área de interesse ambiental, descarte irregular de lixo, ausência de drenagem e sistemas sanitários ineficientes. Este quadro contribui para a exposição ao risco das famílias da região. Desta forma, fica evidente que o município precisa de ações eficazes: do cumprimento das legislações em vigor a conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental local passando pelo desenvolvimento de estratégias que possam trazer condições de habitabilidade para a população vulnerabilizada já instalada no morro, que se encontram em área de risco. Assim, se garantirá o controle da expansão de habitações e a preservação da biodiversidade local.

Conclusão

O estudo do histórico-crítico das políticas públicas locais aponta, principalmente, para aspectos como o impacto na expansão do uso do solo no Morro do Jaburuna e no crescimento de habitações por populações já vulnerabilizadas pelo processo desenvolvimentista no estado do Espírito Santo. Esse cenário resulta da incoerência na aplicabilidade das políticas acarretando a alteração na dinâmica ecossistêmica local devido aos impactos na biodiversidade e aumento da vulnerabilidade social entre outros. Tais pontos se remetem a pouca intersectorialidade das políticas analisadas e de seus instrumentos desconectados da multidimensionalidade local.

Bibliografia

VILA VELHA. (2018). Lei Complementar N.º 65/2018 de 09 de Novembro de 2018. Plano Diretor Municipal de Vila Velha. Prefeitura Municipal de Vila Velha. Vila Velha.